

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 10 DE DEZEMBRO DE 2014

NÚMERO 6.767

MESA

Romildo Titon
PRESIDENTE

Joares Ponticelli
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Moacir Sopelsa

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Neodi Saretta

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dóia Guglielmi

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Neodi Saretta
Ana Paula Lima
José Nei A. Ascarí
Narcizo Parisotto
Jean Kuhlmann
Aldo Schneider
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Carlos Chiodini - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Valdir Cobalchini
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Gelson Merisio

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente
Dóia Guglielmi - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Sargento Amauri Soares

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Renato Hinnig
Angela Albino

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Gilmar Knaesel
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Maurício Eskudlark
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente
Marcos Vieira
Angela Albino
Dirceu Dresch
Luciane Carminatti
Valmir Comin
Renato Hinnig
Antonio Aguiar
Darci de Matos

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Carlos Chiodini - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dóia Guglielmi
Narcizo Parisotto
Dirceu Dresch
José Nei A. Ascarí
Moacir Sopelsa

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Dirceu Dresch - Vice-Presidente
Angela Albino
Gelson Merisio
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima - Presidente
Altair Guidi
Jean Kuhlmann
Ada Faraco De Luca
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Valmir Comin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Darci de Matos
Maurício Eskudlark
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Ana Paula Lima
Reno Caramori
Renato Hinnig

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Serafim Venzon

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Gilmar Knaesel
Darci de Matos
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Darci de Matos
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Altair Guidi
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Valdir Cobalchini
Altair Guidi
Valmir Comin

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Ada Faraco De Luca
Serafim Venzon
Reno Caramori
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII NESTA EDIÇÃO: 8 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 100ª Sessão Ordinária realizada em 05/11/2014.....2</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....5</p> <p>Publicações Diversas Aviso de Resultado6 Extratos6 Mensagem Governamental7 Portarias7 Projetos de Lei7 Projeto de Lei Complementar8</p>
---	--	--

PLENÁRIO

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2014

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO ROMILDO TITON

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopsela - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Quero homenagear o time da minha cidade, Joinville, o JEC, que ontem ao vencer o Sampaio Corrêa, de São Luís do Maranhão, conquistou matematicamente o direito de ir para a elite do futebol brasileiro. E, portanto, tenho orgulho, como Joinvilense que sou, de trazer a

camisa do JEC, homenageando toda a torcida do Joinville Esporte Clube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Esta Presidência registra com alegria a presença nesta Casa dos estudantes de Direito da Faculdade Anhanguera, acompanhados de Reginaldo Muller. Boas-vindas a este Parlamento.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nosso universitários, senhoras e senhores, sejam bem-vindos a esta Casa.

Hoje foi um dia de atender aos vereadores de diferentes regiões, recebemos o vereador Lucas, de Tubarão; o vereador Rogério, de Rio Rufino; e o vereador Mozart, de Itapema.

É uma temática da qual, naturalmente, pós-eleição, nós, parlamentares, temos que fazer parte para discutir os rumos do nosso país, para onde vamos e, de fato, como serão os próximos quatro anos sob a tutela da presidente Dilma Rousseff. E é claro que nosso trânsito não é apenas na classe política.

Eu estive em Lages na última segunda-feira, mais uma vez, acompanhando de perto aqueles que foram vítimas dessa catástrofe climática: a chuva de granizo. Há 20 dias essa chuva atingiu o planalto catarinense e estivemos acompanhando os trabalhos da Defesa Civil e conversando também com os residentes atingidos por essa catástrofe e, aproveitei ainda esta semana para conversar com os comerciantes e empresários que, de forma especial, quero destacar o Ronaldo Baumgarten Júnior, que é

empresário da cidade de Blumenau, conhecido de v.exa., deputada Ana Paula Lima, e hoje desempenha a função de vice-presidente Regional da Fiesc.

Trata-se de um empresário muito bem sucedido, com a segunda maior indústria de rótulos do mundo, com negócios no México, na Argentina e com sede na cidade de Blumenau. E discutíamos exatamente as questões sobre os desafios do Brasil para os próximos quatro anos, e, como disse, procurei ouvir trabalhadores, operários, nossos amigos legisladores e, de uma forma muito especial, fui até a empresa do amigo Ronaldo Baumgarten Júnior para saber também o ponto de vista da indústria catarinense e quais as preocupações e as perspectivas para os próximos quatro anos.

E o meu amigo Ronaldo Baumgarten disse que havia escrito um artigo para um jornal de Santa Catarina em que sintetiza a sua visão e preocupações em relação aos próximos quatro anos. E eu pincelei aqui algumas frases que gostaria de compartilhar com aqueles que acompanham a sessão esta tarde.

É claro que enquanto empresário ele colocava os seus temores.

(Passa a ler.)

- “Baixo crescimento econômico do país;
- Elevação das taxas de juros;
- Inflação em alta;
- Desvalorização do real;
- Desconfiança do mercado.”

E eu estou torcendo, deputado Jailson Lima, para que a presidente Dilma Rousseff possa, nas próximas horas ou nos próximos minutos, indicar Henrique Meirelles como ministro da Fazenda deste

país. É o meu voto. Sei que a minha influência é zero, mas fica aí torcida para que o Meirelles assuma o ministério da Fazenda do país. Acho que isso traria, do ponto de vista econômico, certa segurança para o mercado.

Mas falava-me o empresário Ronaldo Baumgarten das suas preocupações em relação à política econômica executada pela presidente Dilma Rousseff no seu primeiro mandato e a preocupação de uma estagnação da economia haja vista os dados que temos acompanhado do PIB bastante baixo neste último trimestre, porque não dizer, no ano de 2014.

E aí ele coloca e eu destaquei aqui no seu artigo.

(Continua lendo)

"O que esperamos ver prioritariamente são medidas de estímulo à indústria como um todo, não apenas para setores específicos, mas uma reforma tributária e inflação controlada. Não há saída para o Brasil voltar a crescer sem incentivar o setor produtivo e enxugar os gastos públicos."

Desafios esses que certamente terão que ser enfrentados pela presidente Dilma Rousseff com pulso forte, firme, sobretudo porque também teremos um Congresso Nacional extremamente fragmentado a partir de 2015 com um menor número de congressistas da base aliada.

Portanto, hipoteticamente com menos apoio para enfrentar as difíceis reformas que o Brasil precisa, quer do ponto de vista político e tributário.

Conclui o Ronaldo Baumgarten no seu artigo.

(Continua lendo)

"É dever da classe empresarial se unir com ainda mais força para cobrar medidas que reequilibrem a balança comercial, mantenham o controle da inflação e retomem o crescimento econômico do país.

Apenas dessa maneira poderemos gerar mais emprego, renda e, conseqüentemente, um país mais rico e mais forte."

De início, assino embaixo do artigo do nosso vice-presidente da Fiesc, Ronaldo Baumgarten, um Blumenauense que tem sido muito bem sucedido na sua caminhada industrial. E ele traçava, inclusive, um paralelo entre as plantas que ele tem no México, com 300 funcionários, e na Argentina, com 100 funcionários: um paralelo com a legislação trabalhista no Brasil. E não há dúvida de que precisamos avançar se de fato queremos um Brasil cada vez mais justo, seguro, firme, na sua perspectiva econômica sem abrir mão da justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Kennedy Nunes.

(Pausa)

Na assistência do deputado Kennedy Nunes, com a palavra o Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados.

Quero fazer uma saudação ao povo de Joinville pela conquista da vaga na primeira divisão pelo Joinville Esporte Clube, o JEC.

Estará entre os 20 melhores times do Brasil, no ano de 2015.

Portanto, merece os nossos parabéns toda a equipe, todo o povo, toda a torcida, toda a diretoria e, evidentemente, todos os atletas do clube. É importante, é bonito vemos o futebol catarinense. Há os que não gostam e criticam aqueles que ficam gastando tempo para falar de futebol nesta tribuna, mas acho que é também um assunto importante até porque é um dos hábitos, um dos modos de viver do povo brasileiro, confraternizar, compartilhar experiências de vida e até misturar relações sociais e de classe através do esporte, especificamente, do futebol.

E ver os times catarinenses em alta é importante. Neste momento estamos com três times na Série A, entre os 20 melhores e, talvez, ano que vem, podendo ter três times novamente ou mais que três, se nenhum time cair.

Aliás, o Avaí, meu time, que está aí buscando a vaga. Estou há tempo para desabafar desta tribuna que, em virtude dessa situação, como avaiano, tenho penado barbaridade, porque o time vai

e vai, mas na reta final a ter dificuldades. No ano passado já foi assim, este ano está sendo assim, e esperamos que isso reverta, porque esperança de torcedor é bem maior que a esperança de pobre. A esperança do pobre é que o próximo ano seja melhor, que a próxima safra será melhor; e a esperança do torcedor não acaba nunca, acha-se que o próximo minuto vai ser melhor, que no último minutinho sairá o gol necessário e o gol que não acontece.

Aliás, faz alguns anos ou vários anos que o Avaí não consegue marcar o gol necessário ou os gols necessários. E chega a ser agonizante para o torcedor. E olha que sou mero torcedor, raramente vou ao estádio, acompanho os jogos, quando posso, pela televisão ou então pelo rádio, mas gosto de futebol e sempre que posso vejo os jogos do Avaí, independentemente qual seja o time, desde que o time esteja jogando bem se torce, porque é bonito ver o futebol bem jogado.

Agora, o Avaí precisa de uma arrumação bem profunda que seria renovar quase tudo no elenco. O time está entre o G4, mas é terrível se ver o time que é o quarto colocado de uma série B e que não consegue ganhar em casa do time que está na zona de rebaixamento dessa mesma série. Não consegue marcar um gol, já perdeu seis dos oito jogos. É preciso, de fato, muita coragem e perseverança para torcer pelo Avaí, mas ainda esperamos ganhar, já que não ganhamos ontem do oeste, que está na zona de rebaixamento, que se possa ganhar da Ponte Preta, que é vice-líder, e que possa se ganhar do Vasco da Gama, aliás, contra o Vasco da Gama no primeiro turno já ganhamos de 5 x 0, lá em São Januário. Então, não é impossível para o Avaí essas vitórias e conquistar a vaga na série A do Campeonato Brasileiro no ano que vem.

E como dizem: Este Avaí faz coisas. Mas como disseram anteriormente: Mas faz tempo que não faz. Há mais de mês ou mais que o Avaí não faz o que sabe fazer. Mas ainda dá tempo, faltam quatro rodadas e tem como se recuperar ganhando do Vasco, da Ponte Preta e de mais dois times. Evidentemente, que não estará classificado para a série A o ano que vem, mas era praticamente o líder dessa competição há um mês.

Então, as quedas, os altos e baixos acontecem também e para concluir a parte desportiva deste meu pronunciamento, quero reiterar a congratulação com todos os joinvilenses que torcem pelo Avaí, todo o time, a toda torcida, dizer que isto é muito bom. E eu lembro a última vez que o Joinville esteve na Série A, foi em 1987, eu estava lá, já era policial militar, faz tempo, e o Avaí nesse ano fez uma bela competição, mas foi desclassificado nas quartas de finais, na modalidade anterior, jogando contra um dos grandes times do Brasil, que não lembro qual era, mas era do grupo dos 13, e o Joinville foi até quase a final naquele último ano participando da elite do futebol brasileiro. Parabéns ao Joinville que no ano que vem estará de volta à Série A.

Enfim, esse não era assunto principal de hoje, mas futebol sempre envolve mais tempo do que deveríamos gastar com ele. Quero ler uma nota, uma notinha do Visor, do Jornal *Diário Catarinense*, do dia 4 de novembro, na coluna Rafael Martini, página 2.

(Passa a ler.)

"Portas Abertas

Prefeito Castelo Deschamps aderiu à onda da gratidão inaugurada pelo governador Colombo. É que esta semana o Estado assina convênio com a entidade filantrópica Camilianos do Sul para gerir o hospital regional de Biguaçu. As portas da instituição, que vai atender 70% do SUS e 30% particular, abrem em dezembro." [sic]

Para quem não tem acompanhado alguns discursos oficiais de que o estado não gasta dinheiro para favorecer a iniciativa privada, inclusive nos serviços essenciais e na saúde, esse hospital de Biguaçu foi construído com dinheiro público ou também com dinheiro do município de Biguaçu e do governo do estado de Santa Catarina. Aliás, quem foi lá e garantiu que o hospital fosse concluído foi o governo do estado. E agora está todo mundo feliz porque ele vai abrir e porque a organização social Camilianos do Sul vai gerir o hospital de Biguaçu que vai atender 70% pelo SUS e 30% particular.

E aí cai a primeira verdade absoluta, dita inclusive, nesta tribuna, nos últimos anos, de que não

existia e não existiria fila dupla ou dupla fila ou duas filas nos serviços de saúde, onde o estado estivesse injetando recursos. E o governo do estado estará injetando, como já injetou para construir hospital, recursos para gerir o hospital de Biguaçu que atenderá 30% particular. Estão aí duas filas, senhores defensores do serviço público, somente no discurso, porque a prática é essa. As duas filas estão oficializadas com dinheiro público, inclusive no hospital de Biguaçu. Isso está no *Diário Catarinense*. A não ser que alguém jogue novamente a responsabilidade ao jornalista. Como é que vai fazer para separar a fila do SUS da outra fila, da particular, no hospital de Biguaçu? Quais serão os critérios? Há a fila dos pobres e a fila dos outros.

Eu teria, evidentemente, muito mais para levantar, e pretendo fazer isso, quanto de recurso público foi utilizado para aquele hospital. Será que o serviço básico de saúde elementar nas cidades de Biguaçu, São José e de Palhoça está funcionando minimamente? Será que o município está fazendo o elementar, apenas o que a Constituição obriga fazer? E vamos trazer aqui os dados de quanto de dinheiro público foi investido para um hospital privado, para um hospital que vai cobrar, pelo menos, para 30% da demanda.

E quando se fala e se diz que este país não é um país igualitário, não é um país que respeita a própria Constituição, há fundamento nisso, porque o mesmo estabelecimento vai ter uma fila para pobres e uma fila para ricos ou para os remediados, que têm um plano de saúde. Setenta e cinco por cento dos catarinenses, não estou falando dos brasileiros, estou falando dos catarinenses, não têm plano de saúde. Vão para lá ficar esperando a hora que não tiver ninguém com plano de saúde ou ninguém com dinheiro para ser atendido antes. "Ah, mas não é isso que vai acontecer!" É isso, sim, duas filas oficializadas na saúde, no estado de Santa Catarina, financiadas, inclusive, com dinheiro público do governo do estado. Esta é a lamentável realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigada, sr. presidente, cumprimento muito carinhosamente os srs. parlamentares que nos acompanham pela TVAL, Rádio AleSC Digital e público que nos dá a honra de suas presenças nesta Casa de leis.

Hoje, nosso líder, deputado Neodi Saretta, tivemos em nosso gabinete várias representações de vários municípios do estado de Santa Catarina, como a vereadora Tânia Michels, do município do Rio do Oeste; a vereadora Damarcia Rosana Guesser, do município de Dona Ema; bem como também os vereadores mirins de Rio do Oeste. Existe um programa muito interessante que apoiamos há alguns anos, que é um projeto que se chama Acolhida na Colônia, e estiveram presentes para discutir esse projeto a sra. Luzia, uma lutadora pela agroecologia, o senhor Luiz, bem como também o professor Carlos Stüpp, que vieram nos fazer uma visita para discutir também a regulamentação da Lei do Traf.

Bem-vindos todos que vieram a esta Casa de Leis, bem como os alunos, professores, a direção, mães e pais do município de Guabiruba que se fizeram presentes neste Parlamento.

Venho à tribuna, hoje, srs. presidente e srs. deputados, para exibir um vídeo e socializar esse conhecimento com todos os srs. deputados, sras. deputadas e público catarinense.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Trouxe esse depoimento, sr. presidente e srs. parlamentares, do ex-presidente Lula para refletirmos um pouco sobre o Brasil que estamos construindo.

A felicidade é uma coisa que todos desejam e que não tem custo. Esse novo país onde estamos vivendo temos que evidenciar com muita alegria, com muita paixão. Nós não podemos ter inveja. O rico tem inveja do pobre. É a primeira vez que vejo, na minha vida, darem oportunidades para as pessoas.

Até porque vamos morrer um dia e tenho certeza de que o bem material não vai com ninguém.

Se alguém já morreu e levou junto alguma coisa, por favor, avise-me. Mas não é constatado isso.

Então, temos que dividir, dar oportunidades, até porque, como falava o ex-presidente Lula, a pessoa que teve acesso a bens de consumo, comprou em algum lugar, de algum empresário, em algum mercado, comprou comida, roupas, eletrodomésticos, e o Brasil inteiro cresceu, todo mundo cresceu nesses últimos 12 anos. E isso tem que nos alegrar.

É lógico que um governo tem a responsabilidade de governar para todo mundo, para o rico, para o pobre, tem que dar conta das demandas de todos os seguimentos da nossa sociedade.

(Passa a ler.)

"Governar, srs. deputados, é a arte de conciliar interesses e tomar decisões. Você governa para todos, mas tem que ter um olhar carinhoso, um olhar diferenciado, para as pessoas que mais precisam.

O Brasil é um país imenso, com dimensões continentais e com uma riqueza e uma diversidade cultural extraordinária. Isso tem que ser orgulho para todos nós. Quando você viaja pelo Brasil você percebe a riqueza diferenciada em cada parte do nosso país.

Mas também é um país que possui uma história de exploração em que a maioria da sua população nunca foi tratada de forma decente. Em todas as regiões do país verificamos um imenso contingente de brasileiros e brasileiras que foram esquecidos pelos governos, pela sociedade.

Muitos ainda acreditam que pobreza é fruto da preguiça e da malandragem. E é isso que precisamos superar, porque ser pobre não é ser malandro e preguiçoso. A pobreza é resultado de um sistema econômico e político que exclui das riquezas a maioria da população.

O Brasil, nos últimos anos, senhores, tem realizado um projeto que visa incluir na vida social todos os brasileiros. Incluir milhões de brasileiros no mercado de trabalho, no mercado do consumo.

E estamos vencendo este desafio. Saímos do mapa da fome da ONU e hoje a grande maioria dos brasileiros tem emprego, salário e uma alimentação adequada. Foi isso que propôs o presidente Lula no seu primeiro mandato, já em 2002, que todo brasileiro tenha, pelo menos, três refeições diárias.

É dessa solidariedade que o ex-presidente Lula fala em seu depoimento, uma solidariedade de classe em que a sociedade que mais tem fica feliz com a melhoria de vida da sociedade que menos tem."

Eu não vou ficar feliz com uma pessoa que acesse esses bens de consumo? Vou ficar muito feliz e alegre que ela, pelo menos, teve a oportunidade.

(Continua lendo)

"Somos uma nação, srs. deputados, todos nós temos os mesmos direitos. É tarefa de todos construir um país que garanta às pessoas uma moradia digna, um trabalho decente e bem remunerado, uma alimentação adequada, saúde e alimentação de qualidade para os seus filhos. Assim, vamos ser felizes como todos os brasileiros e todas as brasileiras.

Para alcançarmos esse objetivo temos imensas tarefas pela frente. Temos que enfrentar o desafio de mudar o sistema político brasileiro, repensar o sistema tributário, enfrentar a corrupção na política empresarial, democratizar a nossa mídia e avançar nos instrumentos de controle e participação popular."

Assim vamos chegar ao auge, como falou o nosso ex-presidente Lula.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

(Pausa)

Na desistência do deputado Antônio Aguiar, com a palavra o deputado Moacir Sopelsa.

(Pausa)

Na desistência do deputado Moacir Sopelsa, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PSDB, os próximos minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Na desistência do deputado Ismael dos Santos, os próximos minutos são destinados ao PT.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PT, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PP, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PCdoB, esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, horário em que iremos deliberar inúmeras matérias, entre elas, conforme acordado na tarde de ontem, alguns vetos.

Portanto, lembramos aos srs. deputados e deputadas para estarem no plenário às 16h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0056/2014, 0104/2014, 0140/2014, 0161/2014, 0217/2014, 0245/2014, 0255/2014, 0259/2014, 0265/2014, 0305/2014, 0336/2014, 0342/2014, 0399/2014, 0424/2014, 0469/2014, 0470/2014, 0530/2014, 0542/2014, 0602/2014 e 0639/2014.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0333/2014, 0434/2014, 0456/2014, 0460/2014, 0508/2014, 0522/2014, 0531/2014, 0585/2014, 0595/2014 e 0628/2014.

Cumprimentamos, em nome de toda a Mesa Diretora, os ilustres deputados, Kennedy Nunes, Darci de Matos e Nilson Gonçalves, todo o povo de Joinville, toda a diretoria do Joinville Esporte Clube, os jogadores, os torcedores, visto que o Joinville consagrou-se, na noite de ontem, o quarto time catarinense a nos representar na elite do futebol brasileiro. Esperamos que os três que estão permaneçam. Na verdade, para alguns é necessário que se opere quase um milagre, mas eu sou um homem de fé. E ainda estamos na torcida para que também o Avaí, que ainda permanece no G4, possa conquistar esse espaço. Se isso acontecer, sras. deputadas e srs. deputados, teríamos uma situação inédita no Brasil. Santa Catarina teria exatas 25% das vagas de toda a elite do futebol brasileiro. Já temos a ascensão de Joinville e se tivéssemos a ascensão do Avaí, nosso estado teria cinco times entre as 20 vagas. Sabemos que é uma empreitada difícil, mas a fé e a torcida são grandes. Enquanto isso, cumprimento toda a torcida do JEC, sua diretoria, especialmente os jogadores pela volta à elite depois de 28 anos, desse time que representa a maior cidade catarinense.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEY NUNES - Apenas para dizer, sr. presidente, que ontem, à noite, a cidade estava em festa. Hoje, ao meio-dia, quando o time chegou, havia uma multidão lá na arena.

E v.exa. dizia que tínhamos quatro times, na verdade, somos o único já garantido, quanto aos outros, vamos torcer para que fiquem.

Mas, mais uma vez, a nossa felicidade à torcida, aos jogadores, à diretoria e o nosso pedido ao governo do estado e ao governo federal para que ajudem na ampliação da arena para conseguirmos receber os grandes times do Brasil a partir do ano que vem.

Muito obrigado pela referência, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Kennedy Nunes, vamos aproveitar este momento e dizer que já temos quatro times: três da conquista do ano passado e um da conquista deste ano. E se o Avaí subir, pelo menos por algum tempo, vai dar cinco, para, ao menos, ficarmos com os 25%. E tomara que isso permaneça até a última rodada. Essa é a torcida.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, não usei a camisa do JEC como fez o deputado Kennedy Nunes hoje na reunião da Mesa, mas a euforia, a alegria, é muito grande, tanta quanto a do deputado Kennedy Nunes e também dos demais joinvilenses, pois o JEC volta, depois de 28 anos, como v.exa. falou, para o lugar de onde nunca deveria ter saído. Essa é a grande verdade!

Joinville nunca deveria ter saído da primeira divisão, até porque faz parte da maior cidade de Santa Catarina, representa o polo mais rico de Santa Catarina e não poderia, de forma alguma, ter saído de lá para a segunda, terceira, quarta e depois, durante um bom tempo, sem divisão, inclusive. Era um time fora de série, não tinha nem série.

Mas graças a Deus fomos galgando os degraus necessários para chegarmos onde nunca deveríamos ter saído: na primeira divisão do futebol brasileiro. E v.exa. é convidado também para assistir algumas partidas em Joinville, pois com certeza vai sentir aquela vibração, aquele amor e aquela paixão que o joinvilense tem pelo seu time.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Com toda certeza, especialmente este deputado, v.exa., o deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Manoel Mota, a deputada Angela Albino e outros vamos ter mais tempo, a partir do ano que vem, para assistir aos jogos do Joinville na elite do futebol brasileiro.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ontem eu, na alegria e na tristeza, fui assistir ao jogo de Avaí e Oeste, e me dei conta de que, de fato, o Joinville mereceu estar na Série A, como de fato, já carimbou o passaporte. E como boa avaiiana, quero cumprimentar o Joinville e que aprendamos alguma coisa com isso. E quero comunicar, a pedido do deputado Darci de Matos, que nós também estamos encaminhando uma audiência com o ministro Aldo Rebelo acerca da demanda de Joinville, da nova arena, que já tem uma rubrica no orçamento feito pelo deputado federal Marco Tebaldi e nós vamos nos empenhar para que, de fato, a Arena Joinville mereça o futebol que o time e, principalmente a torcida de Joinville, tem feito. E quiçá o Avaí também possa aprender alguma coisa, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - É a torcida de todos nós, deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, apenas ratificando o que já foi colocado. De fato, a maior cidade catarinense com mais de 500 mil habitantes merecidamente vai para a Série A representada pelo seu time.

Parabéns aos deputados da cidade e à população joinvilense.

Sr. presidente, v.exa. acabou de declinar a leitura normal e sempre corriqueira nesta Casa dos títulos de utilidade pública, de associações. E uma delas que quero destacar, a Abadeus, de Criciúma, completou 40 anos. E eu não poderia deixar de citar porque o meu pai, pastor Nilton dos Santos, foi dessa Associação. Papai continua com todo vigor e a associação também.

Parabéns a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0257/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.380/2014...

Srs. deputados, é visível que não há quórum qualificado ou, pelo menos, a margem necessária. Temos maioria em Plenário, mas não com votos necessários dentro da preocupação levantada pelo deputado Neodi Saretta, ontem, para que os autores das matérias vetadas possam ter alguma expectativa de ver os vetos derrubados neste Plenário, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Mas nós temos deputados em Plenário, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Sim, temos, deputado Marcos Vieira, mais de 21 deputados em plenário, mas não o suficiente para que possam ter êxito os autores de matérias vetadas. Assim sendo, com a concordância dos líderes, esta Presidência, retira de pauta os vetos pautados para hoje e os transfere para a sessão da próxima terça-feira. Há concordância?

(As lideranças acquiescem.)

Com a concordância dos srs. líderes, ficam transferidos para a sessão da próxima terça-feira todos os vetos pautados para hoje.

Temos o Projeto de Lei n. 0287/2014 extrapauta para votação em turno único.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0287/2014, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, fixa subsídio de deputado estadual no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria.

Com a concordância dos srs. líderes, esta Presidência, encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h20, para votarmos a redação final dessa matéria.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 815, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e § 1º do Art. 26, com redação dada pela Res. nº 009, de 13/08/2011.

NOMEAR RAMIRO FERNANDES, matrícula nº 7112, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de TV, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1º de Dezembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 816, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **LISANDREA CRISTINA DA COSTA**, matrícula nº 4358, da função de Assessoria técnica-administrativa - Clipagem e Expedição, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 817, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR a servidora **LISANDREA CRISTINA DA COSTA**, matrícula nº 4358, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefe de Seção - AL Notícias, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 818, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007.

DESIGNAR o servidor **ALEXANDRE JOSÉ BACK**, matrícula nº 6335, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Assessoria técnica-administrativa - Clipagem e Expedição, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de dezembro de 2014 (DCS - Coordenadoria de Imprensa).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 819, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2630/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **MARIA NATEL SCHEFFER LORENZ**, matrícula nº 2415, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 24 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 820, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2643/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **ANA TERRA DEPIZZOLATTI GONÇALVES**, matrícula nº 7207, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 26 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 821, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2640/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **ANDREIA REGINA FILGUEIRAS**, matrícula nº 7179, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente a diferença de vencimento do cargo efetivo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-26 para o respectivo nível 51, do Grupo de Atividades de Nível Superior, a contar de 26 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 822, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do processo nº 2203/2014,

RESOLVE:

Retificar o Ato da Mesa nº 651, de 3 de setembro de 2014, que CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE INSALUBRIDADE ao servidor **RICARDO VALERIO ORIANO**, matrícula 1228, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "..., com eficácia financeira a contar de 26 de maio de 2014."

LEIA-SE: "..., com eficácia financeira a contar de 30 de abril de 2014."

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 823, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2491/2014,

RESOLVE: com fundamento no § 5º, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao servidor **JOAO MACHADO**

PACHECO NETO, matrícula nº 2700, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, a contar de 8 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 824, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2572/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005,

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **SONIA MARIA DOS PASSOS**, matrícula nº 1841, no cargo de Analista Legislativo, habilitação em Nível Superior/Analista Legislativo, código PL/ALE-67, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 1º de dezembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 825, de 10 de dezembro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2590/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o §19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988.

CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA equivalente ao valor da contribuição previdenciária à servidora **RONEDY DE BONNA PIVA**, matrícula nº 1942, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-67, a contar de 19 de novembro de 2014.

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves - Secretário
Deputado Kennedy Nunes - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria nº 2194/2014, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 041/2014, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS NOS APARELHOS DE SOM INSTALADOS NOS EDIFÍCIOS DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE E ESCOLA DO LEGISLATIVO, INCLUIDOS O PLANTÃO E APOIO TÉCNICO.

Vencedora: QUALITY'S TRANSPORTES E SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO
Valor do Último Lance: R\$ 629.640,00
Florianópolis, 10 de dezembro de 2014

ANTONIO HENRIQUE C. BULÇÃO VIANNA
PREGOEIRO
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 169/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 031/2014, celebrado em 27/11/2014.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Weg Automação Critical Power Ltda.
OBJETO: Aquisição de sistema de *no-break* de 40 kVA com redundância para utilização no CPD, incluindo a instalação, bem como manutenção preventiva e corretiva e substituição de peças, durante a garantia.
VALOR GLOBAL: R\$ 131.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93 e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização para Processo Licitatório nº 57 de 16/10/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 38 de 18/11/2014.
Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC
Eloir Pgnan- Procurador
Helcio Makoto Morikossi- Procurador
*** X X X ***

EXTRATO Nº 170/2014

REFERENTE: Contrato CL nº 033/2014, celebrado em 03/12/2014.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: M² Tecnologia Ltda.

OBJETO: Aquisição câmeras de vigilância para Palácio Barriga Verde.
VALOR GLOBAL: R\$ 92.000,00

VIGÊNCIA: Compreendida entre a data de sua assinatura até o decurso do prazo de garantia, que será de três anos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/6/93, e suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/7/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 58 de 30/9/2014 e Edital de Pregão Presencial nº 40 de 26/11/2014
Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC
Ivo Marcos Morelli- Sócio
*** X X X ***

EXTRATO Nº 171/2014

REFERENTE: 02º Termo Aditivo de 05/12/2013, referente ao Contrato CL nº 001/2013-00, celebrado em 18/04/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato compreendido entre 01/01/2015 e 31/12/3015.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC
Dr. Ivan Cesar Ranzolin- Defensor Público Geral
*** X X X ***

EXTRATO Nº 172/2014

01º Termo Aditivo de 03/11/2014, referente ao Contrato CL nº 126/2013, celebrado em 03/12/2013.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: BEE2B Informática Ltda.

OBJETO: Termo aditivo que tem como finalidade alterar quantitativamente o Contrato inicial para colocação de ponto extra de ligação de enlace óptico em vista exigência da CELESC e melhor adequação o sistema.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666 de 21/6/1993; Art. 57, § 1º, incisos II e IV, combinados com o art. 58, I, da Lei 8.666/93; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.
Deputado Romildo Titon - Presidente da ALESC
Leandro Heitor Becker- Sócio

*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 1572

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em estrita observância às determinações contidas nos arts. 40, inciso IV, alínea "c", e 70 da Constituição do Estado, comunico a essa augusta Casa Legislativa que o Excelentíssimo senhor Vice-Governador do Estado deverá ausentar-se do País entre os dias 2 e 6 de dezembro do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América, para cumprir agenda constante do ofício anexo

Florianópolis, 5 de dezembro de 2014

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 09/12/14

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Gabinete do Vice-Governador

Florianópolis, 28 de novembro de 2014.
Ofício nº 031

Excelentíssimo Senhor
JOÃO RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado de Santa Catarina
Nesta

Senhor Governador,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que realizarei viagem ao exterior, para a cidade de Nova-Iorque, Estados Unidos, em missão oficial, de 02 a 06 de dezembro do corrente ano.

Respeitosamente,
EDUARDO PINHO MOREIRA
Vice-Governador

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2237, de 8 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RAMIRO FERNANDES**, matrícula nº 7112, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Dezembro de 2014 (Gab Dep Aldo Schneider).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2238, de 8 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ERIMAR JOSÉ SENEN, matrícula nº 7364, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Aldo Schneider - Petrolândia).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2239, de 8 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDEMAR ANTUNES, matrícula nº 4185, de PL/GAB-58 para o PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de Dezembro de 2014 (Gab Dep Ana Paula Lima).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2240, de 8 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Carlos Roberto Varela Kilian	6984	3%	3%	1/12/2014	2711/2014
Dennys Pupo dos Anjos	6927	3%	3%	02/11/2014	2736/2014
Maria Ivonete Lessa	2794	3%	21%	29/11/2014	2704/2014
Suellen Patricia Pangratz	6978	3%	3%	1/12/2014	2712/2014

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2241, de 10 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 2209, de 1º de dezembro de 2014 o servidor **RAMIRO FERNANDES**, matrícula nº 7112.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2242, de 10 de dezembro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2550/2014,

RESOLVE: com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

INCLUIR na folha de pagamento da servidora **CIBELE WALMOTT BORGES**, matrícula nº 3157, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 9% (nove por cento), a contar de 14 de novembro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 314.5/2014

Dispõe sobre a proibição de cobrança da Taxa de Visita Técnica ao consumidor, no âmbito do Estado de Santa Catarina, para elaboração de orçamento, e dá providências correlatas.

Art.1.º Fica proibida a cobrança da Taxa de Visita Técnica ao consumidor, no âmbito do Estado de Santa Catarina, pelas empresas prestadoras de serviços ou técnicos autônomos, para elaboração de orçamento para prestação de serviço.

Art. 2.º. Caberá ao Programa Estadual de Proteção ao Consumidor (PROCON/SC) a fiscalização, do previsto nesta lei.

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões
CARLOS CHIODINI
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 09/12/14

JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa de ordem legislativa abarca-se na necessidade desse Poder emprestar sua contribuição no que se refere à contenção dos abusos que vêm sendo perpetrados contra os consumidores, quando da solicitação de orçamento para prestação de serviço técnico.

A esse propósito o Código de Defesa do Consumidor (CDC) no seu artigo 39 prescreve:

"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes".

Ademais, o artigo 40 do mesmo diploma legal insculpe a conduta obrigatória do prestador de serviços quando preceitua:

"O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços".

Elaborado orçamento - que - é obrigatório - o prestador de serviços deve garantir sua validade durante 10 dias (§ 1º). Aprovado o orçamento por ele ficará obrigado (§2). E, finalmente, se o prestador de serviço esqueceu algum detalhe, não computou algum custo, sairá perdendo, pois o orçamento não poderá ser alterado (§ 3). Assim, há de se concluir que não havendo prestação de serviço sem orçamento prévio, de forma alguma se pode impor o preço de uma visita ou condicionar a confecção do orçamento a um determinado custo.

Nesse diapasão é intenção do presente projeto de lei robustecer o arcabouço jurídico sobre o tema, no sentido de munir os consumidores de instrumento normativo eficaz, de modo a preservar a liberdade da obtenção do orçamento e impedir situações, como as atualmente praticadas pelas prestadoras de serviço, que impeçam o livre exercício de aceitação e da escolha, isento de qualquer espécie de cobrança pecuniária abusiva.

Assim, justificada a presente iniciativa, espero contar com meus pares para a sua aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 315.6/2014

Declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul, do município de Bocaina do Sul

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul, com sede no município de Bocaina do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei Estadual 15.125/2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 09/12/14

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres pares nesta Assembleia, proposta de lei que visa Declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul, do município de Bocaina do Sul.

Trata-se de uma entidade que, conforme seu estatuto social, não tem fins lucrativos e se enquadra nas exigências da Lei Estadual nº 15.125/2010, eis que realiza atividades de interesse coletivo, promovendo o fomento e a racionalização das atividades agropecuárias, divulgação de matérias relacionadas a técnicas de produção e manejo, melhoria de qualidade e de produtividade, tudo voltado aos associados pequenos e médios agropecuaristas.

Frente os relevantes propósitos da referida entidade, para que a mesma possa usufruir dos direitos e vantagens da lei vigente, solicito aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação da presente proposição, para conceder à Associação de Produtores Rurais de Bocaina do Sul, do município de Bocaina do Sul, o Título de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões, em
Deputado Reno Caramori

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 029/14****TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA****GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Ofício TC/GAP Nº 22934/2014

Florianópolis, 08 de dezembro de 2014

Exmo. Sr.

Deputado **Romildo Titon**

Presidente da ALESC

Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88.020-900 - Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de submeter à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa Projeto de Lei Complementar que autoriza o Presidente do Tribunal de Contas a conceder, excepcionalmente no mês de dezembro de 2014, parcela extraordinária ao auxílio-alimentação, conforme Exposição de Motivos em anexo.

Certo da acolhida por Vossa Excelência e seus dignos pares ao pleito ora apresentado, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevado e distinguido apreço, e subscrevo-me mui

Atenciosamente,

Conselheiro **Julio Garcia**

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/12/14

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA**GABINETE DA PRESIDÊNCIA****Anteprojeto de Lei Complementar nº PLC/0029.9/2014**

Dispõe sobre o pagamento de parcela de auxílio-alimentação aos servidores do Tribunal de Contas de Santa Catarina

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2014, em parcela única, auxílio adicional ao previsto nos arts. 1º da Lei nº 10.060, de 29 de dezembro de 1995, 13 da Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010 e 15 da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a todos os integrantes do corpo funcional do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ativos e inativos, e aos que se encontram à disposição, lotados ou em exercício no Tribunal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se integralmente no âmbito do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, observada a disponibilidade financeira e orçamentária do Órgão.

Florianópolis,...

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PARCELA EXTRAORDINÁRIA DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO)

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimos Senhores Conselheiros,

Cumpre-me submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências Anteprojeto de Lei Complementar que prevê o pagamento de parcela extraordinária de auxílio-alimentação aos integrantes do corpo funcional deste Tribunal de Contas, incluindo ativos e inativos, bem como aos servidores que estão a disposição deste Tribunal.

A parcela adicional do auxílio/abono-alimentação tem caráter extraordinário, natureza indenizatória e é paga em uma única parcela exclusivamente no mês de dezembro de 2014, prevendo-se o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

O pagamento encontra respaldo legal no art. 1º da Lei nº 10.060, de 29 de dezembro de 1995, no art. 13 da Lei Complementar nº 496, de 26 de janeiro de 2010 e no art. 15 da Lei Complementar nº 367, de 7 de dezembro de 2006, sendo devida a todos os integrantes do corpo funcional do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ativos e inativos, e aos que se encontram a disposição ou em exercício neste Tribunal.

Destaca-se que se trata de benefício tradicionalmente auferido pelos servidores deste Tribunal de Contas, incluído na Lei Complementar n. 618, de 20 de dezembro de 2013, que também é concedido pela Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público do Estado, em valores similares.

O valor proposto e consonante com as disponibilidades orçamentárias e financeiras deste Tribunal de Contas, conforme demonstrativos em anexo.

Dessa forma, submeto a deliberação de Vossas Excelências o presente Anteprojeto de Lei Complementar para exame do Tribunal Pleno.

Atenciosamente,

Gabinete da Presidência, 20 de novembro de 2014.

Conselheiro **Julio Garcia**

Presidente

*** X X X ***